



ARTIGO



Hierarquias de gênero e raça na elite parlamentar brasileira.

O caso da 55^a legislatura da Câmara dos Deputados

Luiza Aikawa, *Universidade Federal de Minas Gerais*

Resumo. O artigo se debruça sobre as expressões da divisão sexual do trabalho político no primeiro ano legislativo da 55^a legislatura na Câmara dos Deputados. Buscou-se analisar como a divisão sexual influencia a atuação política de deputadas/os, em termos de posições de coordenação política e de temáticas nas quais atuam, assim como sua trajetória em termos de carreira política. O conjunto de parlamentares que têm seus projetos pautados e que participam ativamente dos trabalhos legislativos é fundamentalmente política, refletindo disputas partidárias, estratégias de sobrevivência e hierarquias da organização do trabalho. Discutir os resultados de tais disputas oferece um melhor entendimento das relações de poder dentro e fora do parlamento, assim como do impacto dos papéis de gênero no processo. Não se pretende explicar as causas da desigualdade entre os gêneros na política, mas analisar sua manifestação no trabalho parlamentar e, conseqüentemente, nas hierarquias do campo político brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Carreiras políticas. Desigualdades. Gênero. Divisão sexual do trabalho.

Introdução

O artigo se debruça sobre as expressões da divisão sexual do trabalho político no primeiro ano legislativo da 55^a legislatura na Câmara dos Deputados brasileira (doravante, CD), que teve duração de 2015 a 2019. Busquei analisar como a divisão sexual do trabalho influencia a atuação política de deputadas/os, em termos de posições de coordenação política e de temáticas nas quais atuam, assim como sua trajetória em termos de carreira política. O objetivo foi observar as dinâmicas de hierarquização da atuação parlamentar, centrais para a própria reprodução das normas e rotinas do processo decisório. Mesmo que se possa considerar o conjunto de representantes uma elite em si, compreendo que não há igual acesso a recursos e influência política dentro dos espaços institucionais. O conjunto de parlamentares que têm seus projetos pautados e participam ativamente dos trabalhos legislativos reflete disputas partidárias, estratégias de sobrevivência e hierarquias da organização do trabalho. Busco aqui um melhor entendimento das relações de poder dentro e fora do parlamento, assim como do impacto dos papéis de gênero no processo.

Entendo que, em uma democracia liberal, indivíduos estão inseridos em uma lógica competitiva por recursos escassos. Consequentemente, a estrutura da carreira neste regime tem formato piramidal, no qual a Presidência da República ocupa o topo e as Câmaras de Vereadores ocupam a base (Miguel, 2003). Neste debate, o conceito de Bourdieu (2007) de capital simbólico faz-se importante, enquanto crédito e reconhecimento. O capital político é uma forma de capital simbólico que atribui aos indivíduos a credibilidade de atuação política perante seus pares. Devido à estrutura da carreira política, capitais simbólicos tendem a ser distribuídos desigualmente entre profissionais da política em diferentes níveis da carreira (Miguel, 2003). As oportunidades de acúmulo deste recurso estão limitadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe e influenciam diretamente a entrada e ascensão no campo político. O caráter de elite das instituições políticas (Perissinoto e Miríade, 2009) aprofunda desigualdades nestes espaços. Sendo competitiva, a carreira política pode ser analisada pela perspectiva da divisão sexual do trabalho, observando as distintas barreiras que os papéis sociais e políticos de gênero criam e reproduzem.

Para esta pesquisa, mapeei: a ocupação de funções legislativas dos/as parlamentares, na forma de autoria e relatoria de projetos; as posições de organização e definição de agenda do trabalho legislativo, na forma de cargos na Mesa Diretora e as presidências de Comissões Permanentes; e posições de liderança partidária (coordenação política). O primeiro ano legislativo foi selecionado para a análise por ser o período em que o maior número de projetos de lei tende a ser apresentado por parlamentares¹. Esta legislatura foi escolhida por ser a representação “do começo do fim” da Nova República, com a conflagração do golpe de 2016 (Miguel, 2016), ou um período de aceleração da tendência de regressão democrática (Avritzer, 2019). Nossas fontes são: (1) o repertório bibliográfico da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; (2) o Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro - CPDOC-FGV; (3) outras fontes de acompanhamento parlamentar, como jornais, observatórios e sites particulares de parlamentares; (4) informações sobre ocupação de cargos legislativos da Câmara dos Deputados; e (5) o sistema de acompanhamento de proposições legislativas da Câmara dos Deputados. Trabalhei com análise de estatísticas descritivas, controlando pelo sexo e raça do/a parlamentar, o que permite compreender a divisão das posições de influência e o impacto do gênero² e da raça neste quadro.

1. Discussão da literatura

Há uma significativa literatura sobre representação política que defende algum nível de similaridade entre eleitos e eleitores, a “política de presença”. Na clássica tipologia de Pitkin (1967), esta forma de representação, chamada “descritiva”, é criticada por enfatizar demasiadamente *quem* representa em detrimento das ideias deliberadas. Este modelo, no entanto, retornou centralmente ao horizonte normativo com a literatura feminista que aborda criticamente a exclusão de mulheres de espaços de poder. Como argumenta Anne Philips (2001), valorizar apenas ideias permite que se justifique que demandas de

¹ O ano de 2015 teve o maior registro de projetos apresentados até então, desde a Constituinte de 1988, com 4.729 proposições. O ano com uma produção legislativa mais próxima a esse até então foi 2011, o primeiro ano da Legislatura anterior, em que foram apresentados 3.466 projetos. Posteriormente, o recorde foi superado pelo primeiro ano da 56a Legislatura (2019), em que foram apresentadas 5.680 proposições.

² Infelizmente, dada a escassíssima presença de representantes declaradamente LGBTI+s na Câmara dos Deputados, não trabalharei o impacto do gênero considerando o controle pelas sexualidades dissidentes. Não entendo que uma análise de gênero se esgote em um enquadramento cisheteronormativo, ainda que a análise controle somente pelo sexo das/os parlamentares.

inclusão política por grupos subjugados sejam respondidas sem que membros desses grupos sejam efetivamente incluídos. Nesse contexto, ferramentas que promovam a inclusão de mulheres e, conseqüentemente, de superação da dicotomia entre representação substantiva e descritiva, voltaram a ser valorizadas e tidas como necessárias. Esta demanda é valorizada em todas as situações em que vozes específicas são silenciadas ou suprimidas e membros de grupos sociais foram intencionalmente dificultados de representar a si mesmos por grupos dominantes na sociedade (Mansbridge, 1999). Ainda que dispositivos legais e formais tenham sido ampliados, processos sociais, políticos e econômicos historicamente construídos ainda operam estruturalmente.

Considerando especificamente a organização do campo político em uma perspectiva bourdiesiana, o conceito de capital delegado e convertido se faz relevante. O capital delegado, intrínseco ao campo político, aumenta conforme o nível do cargo ou instituição ocupada. Simultaneamente, seu acúmulo fortalece as chances de que esta pessoa seja eleita e/ou ocupe um cargo elevado. Dessa forma, o capital político é uma ferramenta de manutenção da elite governante e age como barreira a membros de grupos historicamente excluídos de espaços de poder, que têm baixo acesso a formas de alcançar o campo político. O capital familiar é uma forma de capital delegado que, apesar de relevante para carreiras políticas brasileiras em geral, é especialmente importante para carreiras femininas (Miguel, Marques e Machado, 2015). Ter parentes em posições de liderança facilita a familiaridade com o campo e introduz à pessoa uma rede de conexões e conhecimentos importantes. A marcada presença dos capitais familiar e econômico (este, convertido do campo econômico) na política brasileira contribuem com o distanciamento entre representantes e o eleitorado, além de indicarem um evidente déficit democrático. As fronteiras do campo político, de forma geral, são pouco permeáveis a perfis populares.

O acúmulo de capital político e a ascensão na carreira política estão relacionados ainda ao tempo livre e ao capital cultural de indivíduos e grupos, explicando parcialmente a sobre-representação de profissionais liberais na maioria dos regimes representativos. Este fenômeno se relaciona com a divisão sexual do trabalho, uma vez que a desproporcionalidade do trabalho doméstico realizado por mulheres impacta seu acesso a ambos os recursos, bem como a distribuição

generificada nas profissões mais representadas. A ordem social contemporânea é estruturada de forma patriarcal, racista e capitalista, resultando em uma esfera pública excludente, mas oferece direitos formalmente igualitários, mascarando a influência das relações desiguais, inclusive as que ocorrem na esfera privada. Neste arranjo, o trabalho doméstico e vinculado ao cuidado é entendido como “naturalmente” designado a mulheres, enquanto o trabalho “público” e remunerado é associado aos homens. A política, enquanto epítome da esfera pública, é considerada atividade marcadamente masculina (Miguel e Biroli, 2010). O conceito de patriarcado público de Sylvia Walby (1990) diferencia-se do patriarcado privado, em que a exclusão da esfera pública é utilizada como estratégia de dominação. Em sua forma pública, o patriarcado utiliza-se da estratégia de segregação, admitindo as mulheres em termos desiguais e marginalizando-as a atividades hierarquicamente inferiores.

O campo político se organiza a partir de barreiras à ascensão de certos perfis – hierarquia definida pela desigual distribuição de capital político – e em uma reprodução da divisão sexual do trabalho na organização do trabalho político. Quando mulheres acessam a política profissional, carregam marcas de gênero que as submetem a provas de competência no exercício de seus mandatos somadas às forças simbólicas já presentes no campo (Barreira, 2020). A análise da divisão sexual do trabalho político não supõe uma perfeita reprodução da divisão sexual do trabalho de outros espaços, mas reflete sobre como relações simbólicas se apresentam na estrutura organizacional deste campo para compreender como experiências prévias de desigualdade impactam a representação parlamentar. Uma forma de abordar este fenômeno é utilizando-se de categorias temáticas, como fizeram Miguel e Feitosa (2009), que, analisaram a atuação parlamentar partindo das categorias de *hard*, *middle* e *soft politics*. *Hard politics* inclui temas relacionados ao núcleo do processo político, particularmente questões de poder do Estado e gestão da economia. *Soft politics*, por sua vez, trata de temas sociais e relacionados ao cuidado e reprodução da vida. Neste trabalho, concluíram que deputadas federais tendem a atuar com mais frequência em temas *soft*, como assuntos sociais, direitos humanos e reprodutivos, infância e adolescência. Deputados, enquanto isso, tendem a atuar mais em política econômica e tributária, classificada como *hard politics*.

Um estudo comparado no Cone Sul também observou que deputadas possuem menos chances de serem alocadas a comissões de

peso, como a de Constituição, mesmo quando possuem experiência legislativa prévia (Rezende, 2015). A dedicação a temas *hard* tende a aumentar acompanhando o capital político de parlamentares, e o insulamento de mulheres em temas considerados *soft* e a dificuldade de se envolver nos temas *hard* refletem uma relação de prestígio da atuação com perfil tido como “masculino” (Marques e Teixeira, 2018). A divisão sexual do trabalho político afasta mulheres de temáticas consideradas centralmente políticas até mesmo quando elas já se encontram em posições de poder. Parte desse efeito se dá pela sua atuação profissional anterior ao cargo de representação em áreas relacionadas ao cuidado, uma vez que especializações se reproduzem no campo político (Barreira, 2020). Como apontam Marques e Teixeira (2018), é preciso ter atenção ao utilizar essa classificação, para que não se reforcem estereótipos de gênero ou que sejam apresentados de forma acrítica. A percepção de que temas *hard* agregam mais prestígio e, conseqüentemente, capital político, é baseada em análises empíricas da atuação de parlamentares influentes em suas legislaturas³ (Miguel e Feitosa, 2009; Kauppi, 1999).

A superação de múltiplas barreiras institucionais por eleitas não garante que elas estejam em plena relação de igualdade em comparação com eleitos de trajetória similar. A desigual distribuição de recursos políticos escassos frequentemente reforça a marginalização de grupos sociais excluídos. Assim, carreiras políticas tendem a refletir padrões gerais de profissionalização de mulheres na sociedade, cuja dinâmica é fortemente marcada por questões de raça e classe (Hirata e Kergoat, 2007).

2. Apresentação e discussão dos dados

O primeiro aspecto analisado neste trabalho é a distribuição de posições de liderança na CD e as trajetórias típicas de parlamentares que as ocupam. Os partidos políticos regem a distribuição de poder no Legislativo, devido ao fato de que o princípio de proporcionalidade partidária determina a composição de espaços dirigentes, como a Mesa Diretora e as Mesas de Comissões Temáticas. A Presidência da Mesa é

³ A classificação não se relaciona com o volume de recursos financeiros ou com a influência de temáticas *soft*, particularmente nos casos da saúde e de educação. As hierarquias do campo político sofrem influências diversas e, por vezes, contraditórias. Apesar disso, a diferenciação do prestígio conferido pelos diferentes temas é relevante o suficiente para guiar uma análise sobre a posição de mulheres no Legislativo brasileiro.

distribuída ao partido com a maior bancada e quem a ocupa dirige os trabalhos em Plenário, decidindo sobre a agenda da Casa em conjunto com o Colégio de Líderes. O processo de distribuição das cadeiras em Comissões também cabe às lideranças partidárias, indicando um aspecto relevante para o poder de agendamento da Câmara Baixa. Parlamentares que ocupam estes espaços determinam, inclusive, as possibilidades de atuação parlamentar de todas/os as/os outras/os representantes. Para observar a expressão da divisão sexual do trabalho político sobre carreiras políticas individuais, a unidade de análise deste trabalho é cada parlamentar. Parte-se do entendimento de que em uma organização partidária do trabalho legislativo, líderes distribuem parlamentares em cargos com poder de agenda levando em consideração o potencial estratégico individual de cada pessoa.

A 55^a Legislatura segue o padrão histórico brasileiro em seu perfil marcadamente branco e masculino. Do total de cadeiras, 10% foram ocupadas por 51 deputadas, enquanto as 90% restantes foram ocupadas por 462 deputados. Mesmo que nitidamente desigual em sua representação, a Legislatura teve a maior presença de mulheres da história brasileira⁴ até então. No eixo racial, de acordo com a autodeclaração registrada pela candidatura junto ao TSE, a Legislatura teve 80% de parlamentares brancas/os (411 cadeiras) e 20% de parlamentares não-brancas/os, sendo 16% pessoas pardas (81 cadeiras) e 4% pretas (21 cadeiras). A proporção de homens e mulheres é similar entre os grupos branco e não-branco⁵. O modelo de autodeclaração racial possui algumas limitações metodológicas acarretadas por variações regionais da concepção de raça no Brasil. Como destacam Campos e Machado (2020), não há critérios objetivos ou naturais na distinção racial e a autoclassificação utilizada pelo TSE frequentemente possui caráter fluido, polissêmico e até mesmo contraditório entre si.

O reconhecimento e a inclusão simbólica de mulheres em espaços de poder são frequentemente insuficientes e equivocadamente motivados, sendo historicamente pautados na raridade e no reforço da singularidade (Barreira, 2020). Sua entrada na política é ritualizada pela comemoração do “rompimento de barreiras” e pela exaltação de suas

⁴ Percentual superado pela 56^a Legislatura, eleita em 2018, que contou com 15% de eleitas. Nestas eleições, a reserva de 30% do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) e do horário de propaganda eleitoral gratuita (HPEG) dos partidos para as candidaturas de mulheres entrou em vigor pela primeira vez, por uma interpretação do TSE, influenciando o crescimento no número de mulheres eleitas que se observou (Sacchet, 2020).

⁵ Assim como ocorreu com as mulheres, a presença de negras/os subiu cerca de 5p.p. nas eleições subsequentes de 2018, apesar de serem fenômenos distintos.

capacidades profissionais, apesar da associação negativa entre mulheres e desempenho político. Ao colocar o sexo e a raça como categorias centrais na análise da atuação parlamentar, busca-se evidenciar a influência de sistemas de dominação sobre a representação política. A trajetória e o posicionamento no campo político de mulheres, homens, brancas/os e não-brancas/os são construídos de formas distintas, uma vez que são marcados permanentemente por questões de gênero e raça. A literatura sugere que conforme o número de membros de grupos subordinados na política aumenta, se intensifica a pressão de convenções sociais que regulam o acesso a posições de poder e diminui a probabilidade de que ocupem esses espaços (Kauppi, 1999). A Mesa Diretora da Câmara é, portanto, o primeiro e mais central espaço a ser analisado.

A primeira Mesa Diretora da 55ª Legislatura, eleita para o biênio 2015-2016, teve somente uma deputada em sua composição titular, Mara Gabrilli (PSDB-SP), que ocupou a posição de 3ª Secretária. Luiza Erundina (PSOL-SP) esteve presente enquanto 3ª suplente, cargo que não compõe regimentalmente a Mesa Diretora, mas que tem a responsabilidade de substituir seus membros em sua ausência. Entre 1989 e 2014, apenas uma deputada foi membro da Mesa, durante o biênio 2011-2012, como Vice-Presidente⁶. O biênio em análise foi, portanto, o segundo a ter a presença de mulheres na Mesa, ocupando cargos relativamente inferiores. Vale notar também que, dentre os membros da Mesa, somente o dep. Waldir Maranhão (PP-MA) é pardo, enquanto todas as demais pessoas são brancas. Observar a construção das carreiras dos membros da Mesa Diretora pode auxiliar na compreensão dos filtros que atuam sobre a sua ocupação.

⁶ Na Mesa Diretora eleita para o biênio subsequente (2017-2018), a deputada Mariana Carvalho (PSDB- RO) foi eleita 2ª Secretária. Já na 56ª legislatura, a deputada Soraya Santos (MDB-RJ) foi eleita 1ª Secretária da Mesa e a deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), 2ª Suplente para o biênio 2019-20. Para o biênio 2021-2022, as deputadas Marília Arraes (PT-PE), Rose Modesto (PSDB-MS) e Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) foram eleitas 2ª, 3ª e 4ª Secretárias, respectivamente.

Quadro 1. Profissões de membros da Mesa Diretora de acordo com o sexo*

Profissão	Masculino	Feminino	Total
Político Profissional	7 (46,7%)	2 (66,7%)	9 (50%)
Empresário	7 (46,7%)	0	7 (38,9%)
Colunista social	0	1 (33,3%)	1 (5,55%)
Radialista	1 (6,6%)	0	1 (5,55%)
TOTAL	15	3	18

*N = 11.

A Mesa, incluindo suplentes, possui 11 membros. Cada parlamentar pode ter mais de uma entrada devido ao acúmulo de profissões, por isso o N maior do que o número de pessoas.

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

A profissão de política/o profissional, aqui caracterizada pela ocupação de cargos eletivos por pelo menos 8 anos, foi a mais frequentemente citada para a Mesa do biênio 2015-2016. As duas deputadas da Mesa foram assim consideradas, apesar da dep. Mara Gabrilli também ser colunista social. Este acesso a uma plataforma midiática contribuiu para a construção de sua carreira e pode ser considerado uma fonte de capital simbólico que se converte em capital político (Miguel, 2003). Dos parlamentares, apenas Mandetta (DEM/MS) e Ricardo Izar Jr. (PSD/SP) não foram considerados políticos profissionais, por ocuparem cargos eletivos há menos de 8 anos em 2015. Apesar disso, Mandetta havia sido Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande (MS) e Ricardo Izar Jr é filho do político Ricardo Izar, ex-vereador, ex-deputado estadual por quatro mandatos e ex-deputado federal por cinco mandatos. Ambos eram empresários na época de eleição, assim como 7 dos 11 parlamentares da Mesa.

Para as duas deputadas da Mesa eleitas para este biênio, nota-se a ausência de dois tipos de capital comumente mobilizados na política brasileira: o empresarial e o familiar. O último se refere à presença de parentes próximos na política e está presente em parte significativa da elite política brasileira (Miguel, Marques e Machado, 2015). Entre os deputados, três de nove (33,3%) eram detentores de capital familiar, cujos pais apresentam experiência política. O capital familiar é especialmente relevante por proporcionar familiaridade com o campo e

socialização com suas regras, oferecer um nome (ou sobrenome) conhecido, maior visibilidade e uma rede de contatos. É um capital intrínseco ao campo político, expressando socialização política na família. Miguel, Marques e Machado (ibidem) observaram que ele é relevante para deputados e deputadas, mas que para elas os vínculos familiares são de especial importância por ser uma das principais formas de acesso de mulheres a cargos eletivos no Brasil, enquanto homens possuem uma variedade de formas de entrada alternativas. Estes dados não indicam que os dois tipos de capitais simbólicos não são relevantes para a trajetória das deputadas em geral. Para as duas parlamentares em questão, a principal fonte de capital político foi sua experiência prévia em cargos eletivos já dentro do campo. A observação da trajetória eleitoral da Mesa permite que se aprofunde a questão.

Quadro 2. Média de mandatos em cargos eletivos anteriormente ocupados pela Mesa Diretora*

Cargo	Masculino	Feminino	TOTAL
Prefeita	0,3	0,5	0,33
Deputada federal	2,3	2,5	2,33
Deputada estadual	0,3	0,5	0,33
Vereadora	0,6	1	0,67

(N=44)

*Os valores são resultado do cálculo da média aritmética do número de vezes que as/os parlamentares foram eleitos para cada cargo. Resultados acima de 1 indicam uma tendência de que o grupo tenha ocupado determinada função anteriormente à Legislatura em análise.

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

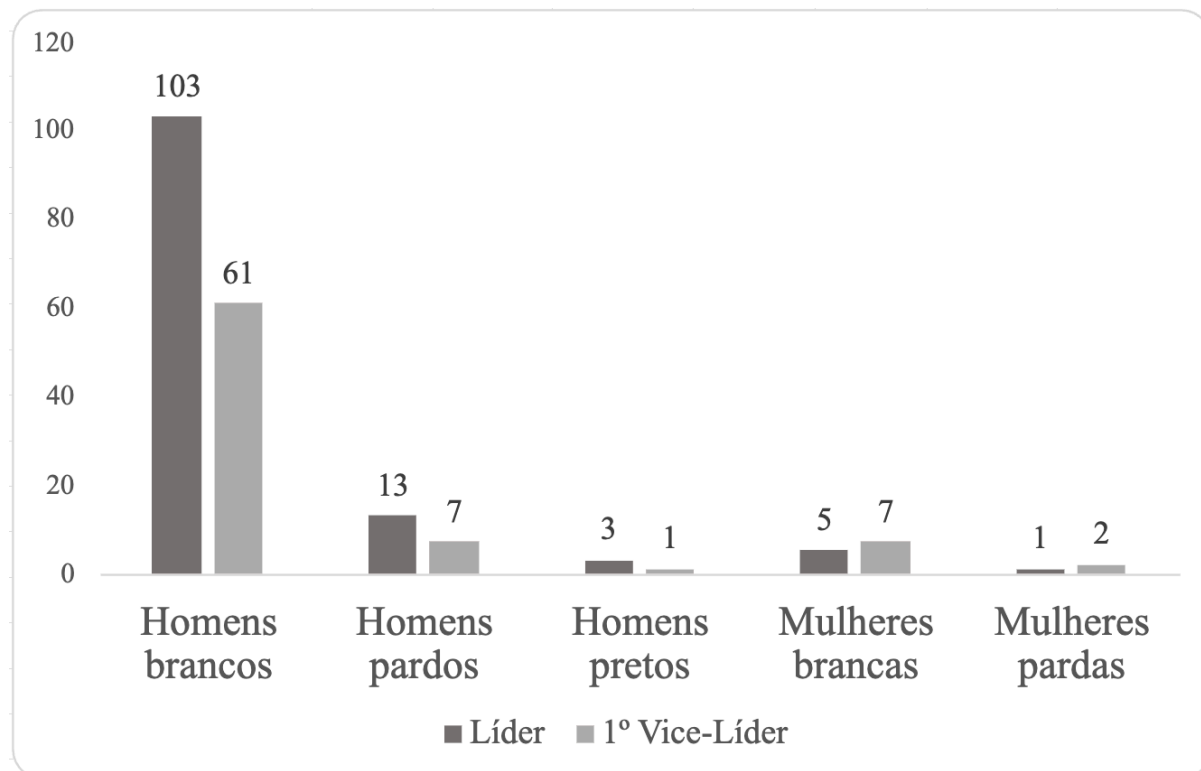
A direção da Câmara dos Deputados, como a tabela acima indica, exige experiência política. No biênio analisado, tanto deputados quanto deputadas ocuparam cargos eletivos diversos anteriores à sua eleição, tendo média superior a dois mandatos como Deputada/o Federal. Apesar disso, as médias das deputadas foram consistentemente mais altas do que seus pares do sexo masculino. A dep. Luiza Erundina elevou

as médias por ter 4 mandatos anteriores, enquanto a dep. Mara Gabrilli tinha apenas um. Apesar disso, ambas ocuparam o cargo de vereadoras por um mandato e Mara Gabrilli foi duas vezes Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo. Mesmo reproduzindo o padrão da Mesa de experiências acima da média da Legislatura, as deputadas podem precisar acumular um maior capital político para alcançarem posições compatíveis. Estudos anteriores sugerem que mulheres tendem a ser hiperqualificadas quando comparadas a colegas homens em carreiras competitivas, precisando provar a sua competência em espaços marcados pela divisão sexual do trabalho (Fox e Lawless, 2012; Kauppi, 1999). O caminho percorrido por elas é mais longo e não possui atalhos disponíveis para os homens.

A análise de lideranças partidárias também é relevante, dada a sua centralidade na organização dos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados (Figueiredo e Limongi, 1999). A representação de partidos e blocos se dá por meio de um grupo seletivo de parlamentares que compõem o Colégio de Líderes, responsável por definir a pauta de votações do Plenário, indicar membros de Comissões e até mesmo participar dos colegiados em que não são membros, utilizando-se dos requerimentos de verificação de votação⁷. A centralidade da posição significa que seu capital político é simultaneamente conferido e pré-requisito para quem a ocupa. As lideranças são estruturadas em torno de três funções: Líder, 1º Vice-Líder e Vice-Líder. A primeira possui a atribuição efetiva da atuação parlamentar, enquanto a segunda atua em sua ausência.

⁷ As/os Líderes também detêm a prerrogativa de se pronunciar a qualquer momento da Sessão e orientar a votação de sua bancada, relevante em um contexto de alta disciplina partidária (Figueiredo e Limongi, 1999).

Gráfico 1. Classificação de Líderes e 1º Vice-Líderes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, de acordo com sexo e raça*



(N=203)

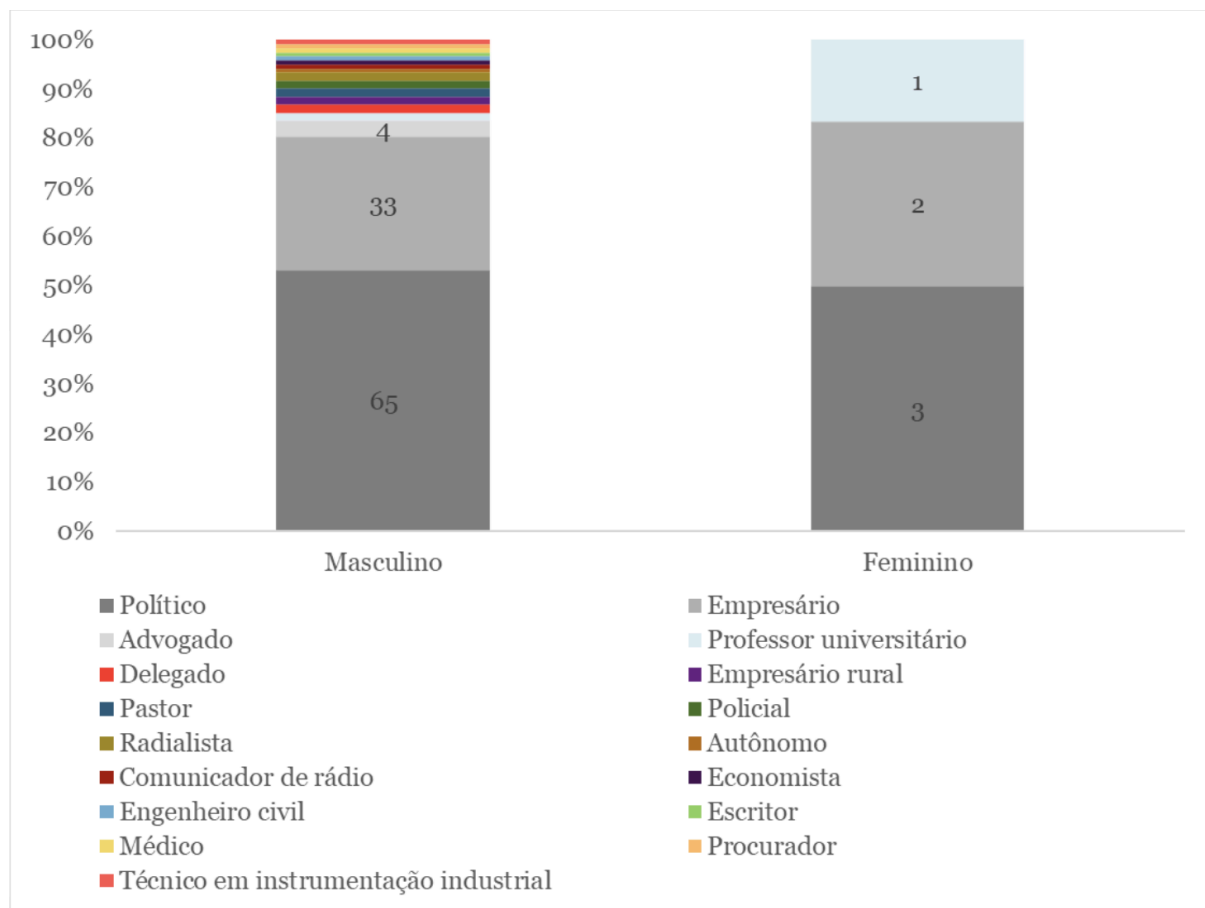
*Ao longo da Legislatura, algumas pessoas ocuparam a posição de Líder e de 1º Vice-Líder e até mesmo a mesma posição mais de uma vez, para partidos ou blocos distintos. Os dados foram contabilizados com base em cada ocupação de liderança e não em cada indivíduo, resultando em um N (203) maior do que o número de parlamentares que ocuparam estes cargos (126). Esta forma de análise foi preferida pois a escolha repetida de uma pessoa para este cargo reforça a existência de um perfil privilegiado para o cargo. Foram excluídas as entradas de deputadas/os que ocuparam a mesma exata função em momentos distintos.

(Fonte: A autora, a partir de dados da Câmara dos Deputados)

Reproduzindo o padrão de outros âmbitos, a liderança é predominantemente ocupada por homens brancos enquanto mulheres pretas estão totalmente ausentes. Mesmo representando 10% da Casa, as deputadas foram apenas 7,4% das lideranças. No eixo racial, a desproporção é ainda mais evidente, pois pessoas não-brancas são 20% da Legislatura e 13,3% das lideranças. Observando apenas Líderes, no entanto, não-brancas/os continuam representando 13,6% deste grupo, mas as mulheres passam a uma proporção de 4,8%, reduzindo à metade a presença proporcional em comparação ao Plenário.

Independentemente da raça, entre os homens o número de Líderes supera o de Vice-Líderes, enquanto o quadro se inverte para as deputas brancas e não-brancas. Isto sugere que para elas, o acesso a espaços restritos se dá mais facilmente em posições secundárias, de menor destaque e prestígio. A dep. Alice Portugal (PCdoB-BA) foi a única Líder parda, atuando também enquanto 1ª Vice-Líder do PCdoB durante a Legislatura. Além de já ter sido previamente dep. federal por duas vezes, também havia sido duas vezes dep. estadual. Presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA e UFRB e foi membro do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do 3º Grau do Estado da Bahia e da executiva regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Salvador. A dep. Luciana Santos (PCdoB-PE), também parda, ocupou a posição de 1ª Vice-Líder do partido no período em análise – já havia sido prefeita duas vezes, uma vez dep. federal e duas vezes dep. estadual, além de secretária estadual e municipal. Possivelmente, a questão da hiperqualificação é ainda mais relevante para deputadas não-brancas do que para brancas, especialmente em espaços mais restritos.

Gráfico 2. Profissão de Líderes da 55^a Legislatura da Câmara dos Deputados, de acordo com o sexo de parlamentares



(Sexo masculino (n=122); sexo feminino (n=6); total (N=128))

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.)

Ao longo da 55^a Legislatura, 92 pessoas ocuparam a posição de Líder e várias delas foram classificadas como tendo mais de uma profissão. Destas, 68 foram classificadas/os como políticas/os profissionais, representando 73,9% do total, em comparação com 65,9% do total de parlamentares. A profissão de empresária/o, por sua vez, foi citada para 38% de Líderes e 38,2% da Legislatura, não apresentando diferenciação. Apesar disso, 21,7% de Líderes (20 pessoas), eram simultaneamente políticas/os profissionais e empresárias/os. O acúmulo de capital político por meio de experiência prévia em cargos eletivos parece ser um requisito importante para a ocupação de posições marcadamente centrais ao campo político. Ao mesmo tempo, a

proporção significativa do capital empresarial pode estar mais relacionada com a capacidade de candidaturas serem bem-sucedidas. Este tipo de capital oferece maior acesso a financiamento de campanha e rede de contatos, mas não necessariamente maior credibilidade na ocupação de determinadas posições. Independentemente, ambos os tipos de capital se destacam nas trajetórias de Líderes homens e mulheres. Vale notar, no entanto, que apenas para elas há uma limitação nos outros caminhos possíveis para tais espaços.

Quadro 3. Presença de capital familiar entre Líderes da 55^a Legislatura da Câmara dos Deputados, de acordo com o sexo de parlamentares

Capital Familiar	Masculino	Feminino	TOTAL
Sim	39 (44,8%)	2 (40%)	41 (44,6%)
Não	48 (55,2%)	3 (60%)	51 (55,4%)
TOTAL	87 (100%)	5 (100%)	92 (100%)

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

Com a ampliação no número de Líderes em relação à Mesa, é possível observar que o capital familiar está presente em proporção relevante para deputados e deputadas. Aqui, a proporção entre as deputadas é ligeiramente menor do que entre os deputados, mas a dimensão dos dados não permite que se conclua que ele é menos significativo para elas. Observei então de forma mais atenta as suas trajetórias individuais. Entre as cinco mulheres que ocuparam o cargo de Líder, todas se autodeclararam brancas, exceto Alice Portugal, que também foi 2^a Vice-Presidente da Comissão de Educação, de temática *soft*, e já teve sua trajetória comentada. Leandre (PV-PR) foi Líder do PV, havia sido anteriormente Secretária Municipal de Saúde de Saudade do Iguaçu (PR) e não tinha experiência prévia em cargos eletivos ou capital familiar. Jandira Feghali (PCdoB-RJ) foi tanto Líder do PCdoB quanto Líder da Minoria na Câmara e havia sido cinco vezes dep. federal e uma vez secretária estadual anteriormente. A deputada atuou em movimentos sociais de médicos residentes e fundou a União Brasileira de Mulheres. Renata Abreu (PTN-SP), Líder do PTN (e presidenta do partido), havia sido deputada federal uma vez e estava naquele momento em seu segundo mandato. É filha de José Masci de Abreu, duas vezes deputado federal, e sobrinha do ex-deputado Dorival de Abreu, um dos fundadores

do seu partido⁸. Por fim, Tereza Cristina (DEM-MS) foi Líder do DEM, é empresária e dirigiu associações agrícolas no Mato Grosso do Sul. Apesar de estar em seu primeiro mandato na Legislatura em análise, havia sido Secretária de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Mato Grosso do Sul por 7 anos. Além disso, vem de um clã político ativo desde o período pré-republicano. Seu bisavô, Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi duas vezes governador do Mato Grosso e era neto de Antônio Correia da Costa, três vezes governador do estado (durante a Regência em 1831, depois em 1840, e em 1842 a 1843). O irmão de seu bisavô, também chamado Antônio Correia da Costa, também governou o estado por um mandato, enquanto o seu tio-avô, Mario Correia da Costa, filho de Antônio, o fez por dois mandatos já no século XX. O avô da deputada, Fernando Corrêa da Costa, também foi governador por dois mandatos. Neste caso bastante específico, as oportunidades oferecidas pelos vínculos familiares de Tereza Cristina certamente compensam qualquer desvantagem que sua experiência eleitoral relativamente pequena pudesse apresentar.

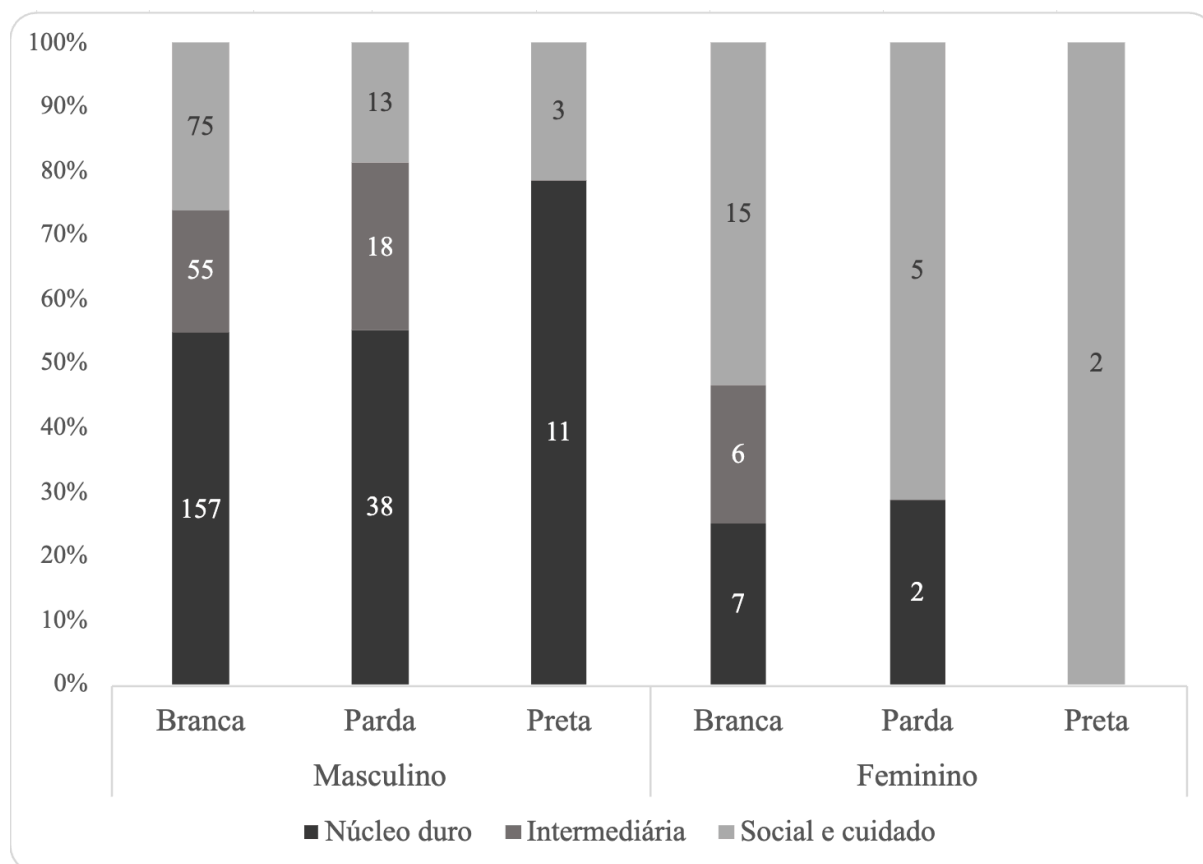
A análise sobre Comissões Permanentes, ainda que um espaço considerado menos central ao campo político do que a Mesa ou o Colégio de Líderes, é relevante para a identificação de atores com poder decisório e das dinâmicas de seu recrutamento. O Poder Executivo e as lideranças frequentemente se utilizam de instrumentos como o regime de urgência para esvaziar o poder dos colegiados e levar projetos a serem deliberados em Plenário. Apesar disso, a lógica partidária que estrutura as Comissões leva em consideração a trajetória de parlamentares e o valor estratégico de cada posição. Além disso, a composição das Comissões aponta certo grau de especialização política de parlamentares e reflete a desigualdade do processo de distribuição de membros (Marques e Teixeira, 2018). Ao analisar a presença de deputadas em colegiados, categorizados a partir da classificação de Marques e Teixeira (ibidem)⁹, foi possível observar que as deputadas ocuparam 4,5% das cadeiras de Comissões *hard*, 8,3% das de Comissões *middle* e 20,7% das de Comissões *soft*. Estes dados

⁸ Desde 2017, o PTN foi renomeado como Podemos (PODE).

⁹ Foram classificadas como Comissões de temática *hard*: CAPR/CAPADR, CCJC/CCJR, CDEIC/CEIC/CEICT, CREDN/CDN, CFFC, CFT, CME, CSPCCO/CSPCCOVN e CVT/CVDUI; Temática *middle*: CINDRA/CADR, CCTCI, CESPO, CTASP e CTUR/CTD; Temática *soft*: CCULT, CDC/CDCMAM, CDHM/CDH, CPD, CDU/CDUI, CE/CEC/CEID, CLP, CMADS e CSSF. Vale notar que em 2015, foram criadas a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), a Comissão dos Direitos da Mulher (CMulher) e a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), como parte de uma manobra política de esvaziamento da CDHM.

confirmam a tendência de ocupação de colegiados seguindo a divisão sexual do trabalho político. Para a 55ª Legislatura, o efeito do sexo sobre a distribuição nas Comissões foi positivo apenas para as de temática *soft*, atingindo o patamar de +100%, considerando-se que elas representam 10% do total de parlamentares. Nos interessa, no entanto, observar o fenômeno também a partir da clivagem de raça.

Gráfico 3. Composição de Comissões Permanentes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados no ano de 2015, de acordo com o sexo e a raça de parlamentares e de temática de Comissão

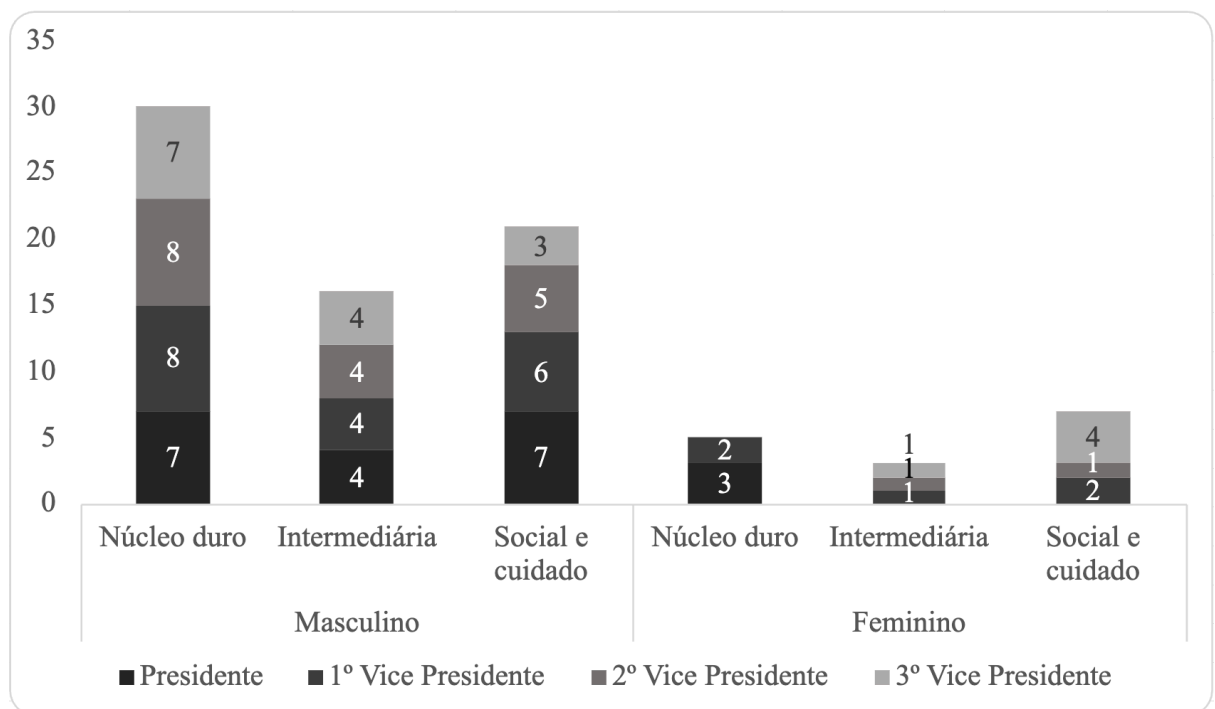


(N=376)

Para o período analisado, a presença de mulheres em Comissões de temática *soft* é desproporcionalmente maior independentemente da raça. Inversamente, deputados brancos e não-brancos são majoritariamente alocados em Comissões *hard* e *middle*. Vale notar a predominância de mulheres brancas entre as deputadas que ocuparam as Comissões de temáticas tidas como mais centralmente políticas, com apenas duas mulheres pardas compondo Comissões *hard*. Mulheres pretas participaram exclusivamente de colegiados de temática *soft*. A

baixa presença de representantes não-brancas dificulta análises mais complexas do fenômeno. Para compreender as dinâmicas de hierarquia no trabalho legislativo, observei mais especificamente as Mesas Diretoras de Comissões Permanentes no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Distribuição de cargos em Mesas de Comissões Permanentes da 55^a Legislatura da Câmara dos Deputados no ano de 2015, de acordo com o sexo de parlamentares e de temática de Comissão



(N=82)

(Fonte: A autora, a partir de dados da Câmara dos Deputados)

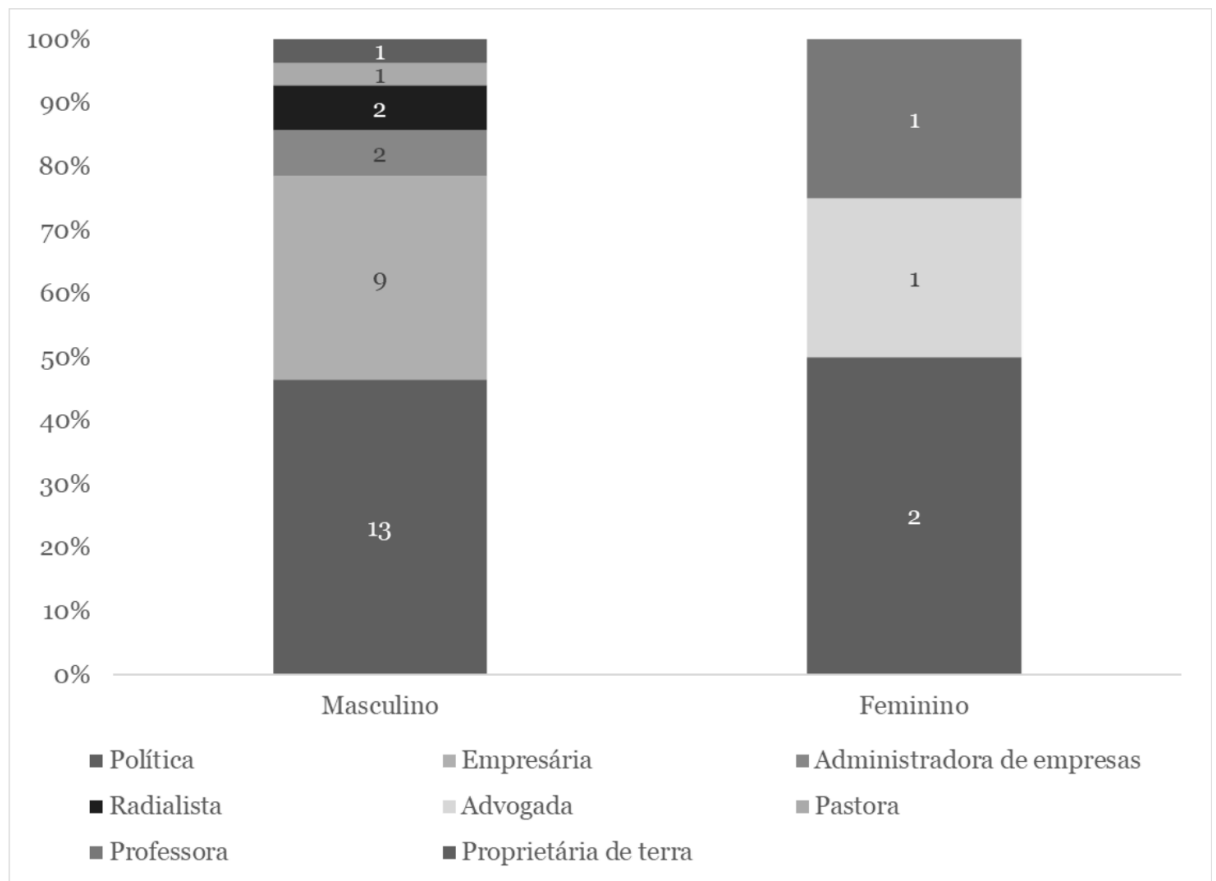
Entre as Mesas de Comissões Permanentes, apenas uma mulher preta esteve presente: a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), 1^a Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CHD – *soft*). Além das operações específicas da divisão sexual do trabalho sobre o trabalho político, isto reflete um fenômeno social mais amplo em que trajetórias profissionais prévias influenciam a especialização de parlamentares dentro do campo político. Ao reproduzir a desigualdade de chances de atuação em posições de maior prestígio e poder no funcionamento da Câmara dos Deputados, a divisão sexual do trabalho é também *produtora de gênero* na política institucional (Biroli, 2018).

Mesmo com a maior proporção de deputadas alocadas em colegiados e Mesas de temática *soft*, elas não ocuparam os cargos com maior poder de agendamento dentro desses espaços. Das 4 Presidentes de Comissões, três foram de temáticas *hard* e uma de temática *middle*¹⁰. Este fenômeno não está necessariamente isolado da sub-representação de mulheres em espaços de poder e pode indicar que as deputadas que acumulam capital político o suficiente para ocupar tais posições possuam trajetórias mais próximas de seus pares do sexo masculino. A ocupação dessas Presidências específicas sugere perfis de carreiras organizadas de formas mais “compatíveis” com estruturas sociais e institucionais dominadas por homens. É preciso considerar, no entanto, que há uma dupla moral utilizada para julgar o comportamento de homens e mulheres em posições de alto escalão. Exige-se dessas pessoas comportamentos agressivos e decisivos e, ao mesmo tempo, julga-se negativamente a ruptura dessas mulheres com as normas de gênero (Burstyn, 1983). O “modo de vida masculino” é um parâmetro com o qual se mede o sucesso de mulheres que não é verdadeiramente alcançável por elas.

Entre as deputadas que alcançaram o cargo de maior prestígio nas Comissões durante o ano de 2015, é possível observar uma trajetória efetivamente distinta das que não o fizeram. Duas das quatro Presidentes também foram autoras de projetos pautados em Plenário no mesmo ano, e uma foi relatora em Plenário. Do total de 15, nove (60%) estavam em seu segundo mandato como deputadas, fortalecendo a percepção de que a experiência é uma fonte relevante de capital político para as representantes. Já o capital familiar esteve presente em apenas uma (25%) das deputadas e em sete (38,9%) dos deputados que ocuparam essa posição. Aqui, mais uma vez, há desafios metodológicos em fazer deduções sobre o impacto específico deste tipo de capital sobre a carreira política de mulheres na Legislatura em análise.

¹⁰ A categorização em temáticas possui uma natureza contraditória, por atribuir a Comissões de alto impacto orçamentário e midiático um papel menos central no campo político devido ao seu vínculo com o cuidado e o trabalho reprodutivo. A Comissão de Educação e a Comissão de Seguridade Social e Família são exemplos respectivos a cada caso. Ignora-se, assim, o potencial valor estratégico destas posições para os partidos.

Gráfico 5. Profissão de Presidentes de Comissões Permanentes da 55^a Legislatura da Câmara dos Deputados no ano de 2015, por sexo de parlamentares



(Sexo masculino (n=28); sexo feminino (n=4); total (N=32))

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

Assim como em outros espaços restritos de poder na CD, nota-se uma predominância de deputadas cujas ocupações eram política e advogada. Dentre quatro mulheres que ocuparam cargos nas Mesas e eram professoras, apenas Julia Marinho (PSC-PA) alcançou o cargo da Presidência da CINDRA. Seu marido, Zequinha Marinho (PSC-PA) havia sido titular e Vice-Presidente da mesma Comissão na Legislatura anterior e em 2015 ocupava o cargo de Vice-Governador do Pará. A sucessão de membros de um clã político em cargos com poder decisório reforça a influência do capital político na dinâmica interna ao campo (Miguel, Marques e Machado, 2015). Neste caso, é possível que o capital familiar tenha tido maior impacto do que a sua trajetória profissional.

Vale destacar que a dep. Soraya Santos (PMDB-RJ) ocupou a Presidência da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), costumeiramente agrupada com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) como as de maior importância e prestígio¹¹. Por serem priorizadas pelos partidos na alocação de suas bancadas, há uma forte incidência da divisão sexual do trabalho sobre esses espaços (Marques e Teixeira, 2018).

A dep. Soraya Santos é advogada e casada com o ex-deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), cinco vezes consecutivas eleito para dep. federal. Apesar de sua primeira eleição em 2014 coincidir com o afastamento de seu cônjuge da política eleitoral, a deputada já havia se candidatado anteriormente, sem sucesso. Como afirma Fabiano Santos (2003), que categoriza a CFT como uma comissão de *controle*, o recrutamento neste contexto se dá por critérios de lealdade política, *expertise* temática, formação profissional/acadêmica e atividade econômica. O caso indica que o capital familiar pode ser mobilizado como crédito no processo de recrutamento, inclusive sobrepondo-se à experiência prévia em cargos eletivos.

A observação da atuação parlamentar em Plenário é particularmente relevante para o propósito deste trabalho. Como mencionado na introdução, esta análise engloba apenas projetos deliberados durante o primeiro ano da Legislatura. Com o alto fluxo de propostas, há uma priorização na seleção de matérias discutidas que força representantes a mobilizarem seu capital político para influenciar a inclusão de projetos de sua autoria e interesse na agenda da Casa. Um dos elementos fundamentais do que chamo de poder de agendamento dos cargos é a possibilidade de determinação do que será incluído na pauta do dia. O Colégio de Líderes, enquanto grupo com maior centralidade no campo, escolhe os projetos a partir da sua relevância para a pauta política do primeiro ano da Legislatura (o que, é claro, tem impacto da agenda política do Poder Executivo, também em primeiro ano de mandato). É no Colégio de Líderes que a Presidência da Casa determina também a designação de relatorias, responsabilizando parlamentares pela produção de um parecer contendo a recomendação de voto aos seus pares. Este processo é justificado em parte pela redução de custos informacionais e decisórios do processo legislativo, sendo ainda produzido pela, e simultaneamente produtora da, estrutura

¹¹ As duas Comissões possuem atribuições de parecer terminativo sobre a adequação financeira ou orçamentária e de constitucionalidade, respectivamente.

competitiva do campo em uma democracia liberal. Em um contexto em que nem todas/os eleitas/os terão a mesma oportunidade de opinar sobre as pautas em deliberação, a relatoria é privilegiada por guiar a discussão e agendar a forma como as questões são apresentadas. Por isso, é relevante observar a expressão da divisão sexual do trabalho político sobre as funções de autoria e relatoria das proposições pautadas.

Todos os projetos analisados nesta seção foram aprovados e enviados à sanção (ou ao Senado) ou rejeitados e arquivados permanentemente, sendo alguns deles de autoria de ex-deputados/as ou de senadores/as. Foram excluídos os 19 projetos deliberados cuja autoria era do Executivo, que possui exclusividade de iniciativa sobre determinadas matérias. Do total, apenas dois foram de autoria de mulheres, enquanto seis relatorias foram distribuídas a deputadas. Apenas uma delas não era autodeclarada branca.

Há uma predominância quantitativa de pautas de temática *hard* nos projetos deliberados em 2015, com 51% do total (41 projetos). As temáticas *middle* e *soft* representaram, respectivamente, 25% (20 projetos) e 24% (19 projetos). Combinando a observação desses dados com a tendência de deputadas a se especializarem em temáticas *soft*, é possível afirmar que a guetificação das deputadas em espaços vinculados ao cuidado é uma expressão do patriarcado público (Walby, 1990) que reproduz desigualdades. Quando elas concentram sua atuação nestes temas, devido à sua *expertise* ou à falta de acesso a outros espaços, a legitimidade de atuação das deputadas fica restrita a menos de um quarto das matérias deliberadas. Isso não significa que mulheres só alcançam a centralidade no campo por meio da atuação voltada para o social, mas que esta é a forma mais acessível à maioria delas. Este padrão não descreve o contexto das duas autoras de projetos deliberados em 2015, podendo indicar precisamente o que as destaca ao ponto de alcançarem essa posição incomum entre as representantes eleitas para a Legislatura em análise.

Uma das autoras foi Rosângela Gomes (Republicanos-RJ), autora do PLP 13/2015, que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional para implantação de berçário e creche nos estabelecimentos penais. A outra foi Keiko Ota (PSB-SP), autora do PL 5568/2013, que dispõe sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores e criminaliza a embriaguez no trânsito. Elas representam 5,4% do total de

parlamentares da Legislatura que pautaram projetos em Plenário, mas apenas 4% do total quando se inclui senadores e ex-deputados cujos projetos foram deliberados. Rosângela Gomes, autodeclarada preta, é membro da denominação neopentecostal frequentemente associada ao seu partido, a Igreja Universal do Reino de Deus. Já Keiko Ota é autodeclarada branca apesar de sua ascendência japonesa¹², e construiu sua carreira política a partir de uma agenda punitivista após o sequestro e assassinato de seu filho. Entre os deputados autores de projetos, 73% são brancos, 25% são pardos e 2% são pretos. Apenas sete deputados tiveram mais de um projeto de sua autoria deliberados, sendo todos brancos exceto Pauderney Avelino (DEM-AM), autodeclarado pardo.

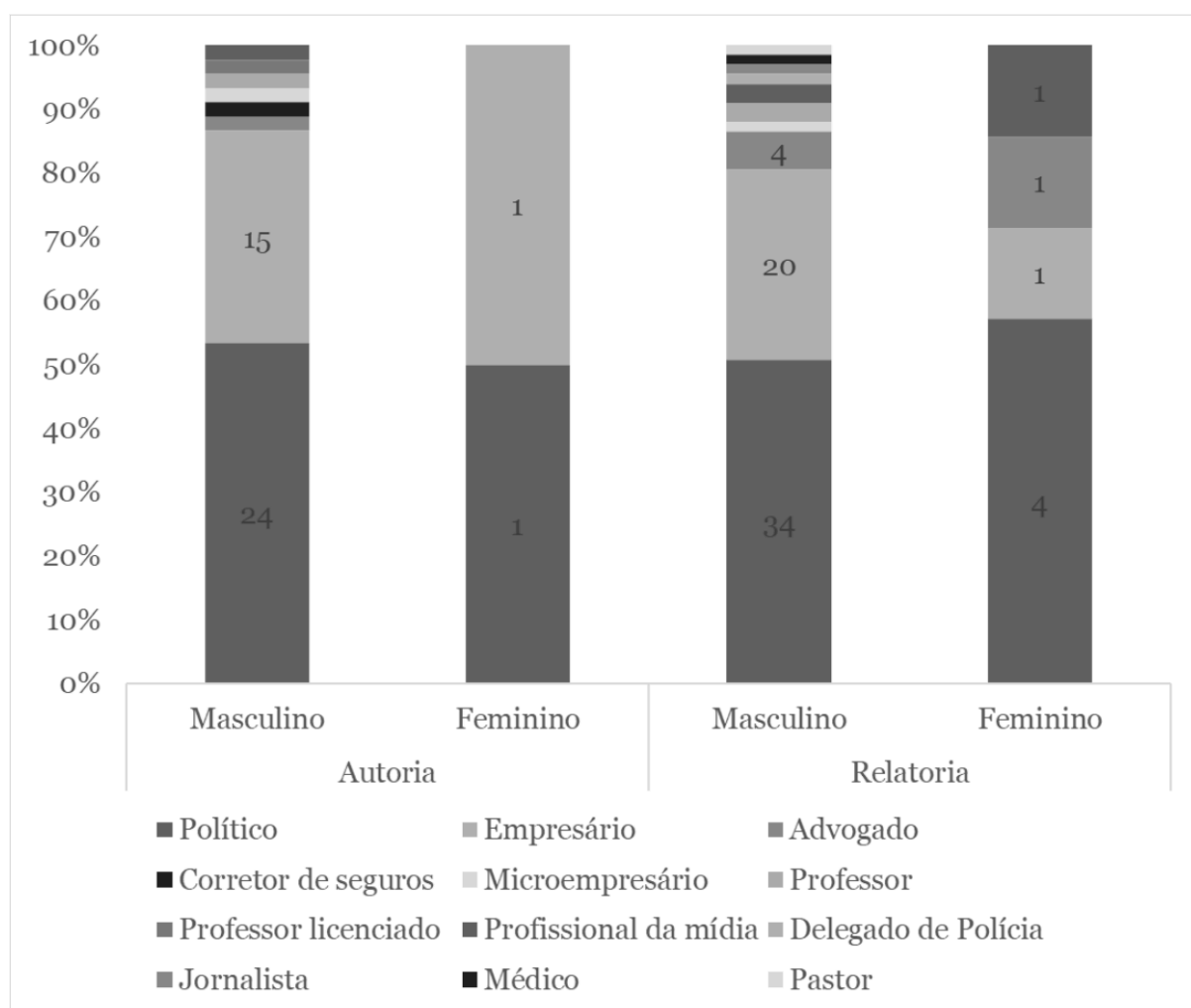
No que tange a relatoria, apenas seis pessoas pardas ocuparam esta função, todas homens. Eles representaram 7,5% do total de relatores, pouco menos da metade da sua proporção na Legislatura. Com uma total ausência de pessoas pretas nesta posição, pessoas brancas foram 92,5% das relatorias, apesar de comporem 80% do Plenário. Os dados relativos a esta posição são mais numerosos devido à inclusão de projetos de autoria do Executivo e a designações de múltiplas relatorias a alguns projetos. Um total de 6 deputadas foram reladoras de 8 projetos, elevando ligeiramente a sua representação proporcional a 6,4% do total. Delas, apenas Soraya Santos (PP-RJ) e Maria do Rosário (PT-RS) relataram dois projetos. A atuação da primeira na Presidência da CFT (*hard*) já foi anteriormente mencionada. A deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) relatou uma matéria e também esteve na Mesa Diretora em 2015. Como se pode notar, o acúmulo de capital necessário para alcançar uma centralidade no campo pode ser mobilizado a partir de diversas posições de destaque com distintas possibilidades de atuação. Entre os deputados do sexo masculino, 48 representantes relataram 83 projetos de lei.

É interessante notar que a proporção de deputadas que relataram projetos em temáticas sociais indica uma nítida segregação da atuação parlamentar de homens e mulheres. Elas relataram 21,1% dos projetos de temas *soft*, mas apenas 6% de temas *hard* e 4,2% de temas *middle*. A proporção em relatorias de temática vinculada ao cuidado se assemelha à de ocupação das Comissões (21,1% e 25%, respectivamente), sendo os únicos espaços em que mulheres foram sobrerrepresentadas. O efeito do

¹² No Brasil, classificações raciais são frequentemente fluidas e complexas e nem sempre representam efetivamente a percepção de representantes sobre si mesmas/os. Distorções são causadas por estratégias eleitorais e partidárias, e também pelo fato de que muitos cadastros oficiais são feitos por assessorias sem nunca chegar às mãos de candidatas/os (CAMPOS e MACHADO, 2020).

sexo nestes espaços é positivo em +100% enquanto para a relatoria de projetos *middle* e *hard*, o efeito foi negativo em cerca de -50%. É importante notar que a expressão da divisão sexual do trabalho político não se dá apenas na exclusão de mulheres de espaços de poder, mas também na desvalorização do trabalho relacionado aos espaços a que têm acesso. Essa desigualdade é reafirmada cada vez que cargos com poder decisório sobre o processo legislativo são designados a parlamentares com um perfil de carreira historicamente construído como masculino. Posicionados de forma mais vantajosa no campo, adquirem ferramentas para lutar pela conservação da relação de forças que os legitima.

Gráfico 6. Profissão de parlamentares que tiveram projetos de sua autoria deliberados e relataram projetos no Plenário da Câmara dos Deputados no ano de 2015, de acordo com o sexo*



(Autores do sexo masculino (n=45); autoras do sexo feminino (n=2); total (N=37); relatores do sexo masculino (n=67); relatoras do sexo feminino (n=7)

*Neste gráfico, foram excluídos 8 ex-deputados e 7 senadores cujos projetos foram deliberados em Plenário no ano de 2015, todos homens.

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

Tanto para a autoria quanto a relatoria, no ano de 2015, a experiência prévia em cargos eletivos e o capital econômico mostraram-se relevantes para o protagonismo político de parlamentares de ambos os sexos. A dep. Rosângela Gomes (PRB-RJ) havia sido três vezes eleita para o cargo de vereadora de Nova Iguaçu (RJ), interrompendo seu terceiro mandato após ser eleita para a Assembleia Estadual do Rio de Janeiro em 2010. Keiko Ota (PSB-SP), a única outra

autora, havia sido eleita apenas uma vez anteriormente para a Câmara dos Deputados. É interessante notar que para a relatoria, o capital econômico está mais presente nos homens do que nas mulheres. As profissões de empresária, advogada e colunista social possuem uma citação cada entre as relatorias. Além de favorecerem carreiras políticas por concederem acesso direto ou indireto a recursos materiais, são caracterizadas por uma maior disponibilidade de tempo livre e visibilidade social, recursos simbólicos de alta relevância na política (Miguel e Biroli, 201).

No que tange ao capital familiar, nenhuma das autoras apresentavam este capital político delegado. Apesar de tecnicamente ter um familiar próximo na política eleitoral durante a Legislatura em análise, a deputada Keiko Ota assumiu um cargo eletivo pela primeira vez em 2010, enquanto seu marido, Masataka Ota (PSB-SP) se elegeu vereador de São Paulo (SP) pela primeira vez em 2012. Se houve alguma relação de apoio político familiar, provavelmente partiu da deputada para seu marido, ao contrário da vasta maioria dos casos aqui observados. É importante notar, ainda, que ambas as autoras foram membros de Mesas de Comissões, mas nenhuma chegou à Presidência. Ao ocupar posições de protagonismo, parlamentares mobilizaram diferentes formas de capital, sobrepondo-as quando possível. Para os deputados cujos projetos foram deliberados em 2015, o capital familiar esteve presente em 54,3% (19 deputados) do total, confirmando a tendência da literatura (Miguel, Marques e Machado, 2015).

A relatoria, possivelmente por ser um espaço mais numeroso, mostrou mais nitidamente a relevância desta forma de capital para ambos os sexos, presente em 56,3% (27 deputados) dos relatores e 66,7% (4 deputadas) das relatorias. Delas, a dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ) é filha de político e as deputadas Soraya Santos (PP-RJ) e Raquel Muniz (PSC-MG) são esposas de políticos. A deputada Sandra Rosado (PSB-RN), por sua vez, é um exemplo de deputada que pertence a um clã político. É filha de Jerônimo Vingt Rosado Maia, ex-vereador e ex-prefeito da cidade de Mossoró (RN) e sete vezes dep. federal; e sobrinha de Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, ex-prefeito de Mossoró e dep. federal na mesma Legislatura que sua sobrinha. Seu outro tio é Jerônimo Dix-Sept Rosado, ex-prefeito moçoroense e governador do Rio Grande do Norte. Entre seus primos estão os ex-deputados federais Carlos Augusto Rosado e Betinho Rosado e seu marido é Laire Rosado

Filho, ex-deputado federal e ex- secretário de agricultura do Rio Grande do Norte. Sua filha, Larissa Rosado, e seu filho, Lahyre Rosado Neto, também ingressaram na política. Entre as relatoras, o capital delegado por cargos anteriores parece predominar conjuntamente com o capital familiar, como observado nas posições de Liderança e nas Mesas de Comissões.

Conclusão

Duas tendências distintas puderam ser observadas em posições mais restritas (Mesa Diretora, Presidências de Comissões e autoria de projetos deliberados em plenário) e as de mais amplo acesso (Mesas de Comissões, Lideranças e relatorias em Plenário). Entre as primeiras, confirmou-se a baixa presença de mulheres e um efeito mais intenso de sexo do que de raça. A trajetória das poucas mulheres presentes se aproximou mais da de seus pares do sexo masculino, em termos de experiência prévia em cargos eletivos e de presença de capital econômico. Para mulheres não-brancas nestas posições, a profissionalização política foi particularmente significativa. Estes dados indicam que conforme limita-se o acesso a determinados cargos, aumentam as exigências de acúmulo de formas de capital pouco compatíveis com o perfil de trajetória feminina. A ocupação desses espaços parece ser acompanhada pela sua capacidade de percorrer caminhos semelhantes aos de políticos homens, o que é ainda mais difícil para as mulheres negras.

Nas últimas, menos restritas, verificou-se um ligeiro aumento na proporção de mulheres em relação às posições citadas acima. Nota-se de forma mais nítida a segregação de parlamentares do sexo masculino e feminino de acordo com as temáticas *soft* e *não-soft* (*middle* e *hard*). As relatorias e a ocupação de Comissões de temática *soft* foram as únicas entre as analisadas em que a proporção de mulheres foi maior do que a da Legislatura como um todo (10%), chegando a 21,2% nas relatorias e 25% nas Comissões. Esse fenômeno não se traduziu na ocupação das Mesas dos colegiados, indicando que a sua legitimidade nesses espaços tende a se limitar a posições hierarquicamente inferiores. Além disso, há efeito da raça sobre esses espaços, uma vez que mulheres não-brancas se concentraram ainda mais em temas *soft* do que suas colegas brancas. Para a 55^a Legislatura, a divisão sexual do trabalho político é também racializada.

No Plenário, *locus* central de poder, predominaram pautas relacionadas à administração pública, economia e segurança pública (temáticas *hard*). Isso contribui para a marginalização das deputadas, considerando que são majoritariamente alocadas a posições relacionadas a temas *soft*. Mesmo que se destaquem em seu microcosmo, as trajetórias típicas femininas não convergem com as posições de centralidade. Considera-se que a divisão sexual do trabalho político é simultaneamente força estruturada e estruturante do campo político, incorporando-se ao seu *habitus*, em uma perspectiva analítica bourdiesiana. Mesmo com filtros sociais que dificultam a entrada de mulheres na política, ela se expressa também na insulação de deputadas em posições de baixo prestígio e na menor valorização das formas de capital simbólico a elas acessível. Esta análise sugere a necessidade de se observar a expressão deste fenômeno em carreiras políticas de líderes partidários dentro e fora de cargos eletivos. Partidos políticos são instituições generificadas e racializadas e o princípio partidário de distribuição de recursos políticos pode reforçar desigualdades (Rezende, 2017). Mecanismos de deslegitimação da atuação de mulheres e de pessoas negras no campo político não operam de forma idêntica, fazendo-se necessário considerar suas convergências e interações nas trajetórias de mulheres não-brancas. Estudos sobre *quem* pode atuar politicamente e *como* tal atuação se faz possível a grupos historicamente sub-representados observam, efetivamente, o funcionamento do próprio regime político.

Referências:

- AVRITZER, Leonardo. (2019), *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. (2020), “Mulheres Representantes no Congresso Nacional: trabalho político, apresentação de si e rituais de reconhecimento”. *Repocs*, v.17, n.34, pp. 149-170.
- BIROLI, Flávia. (2018), *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- BOURDIEU, Pierre. (2007 [1989]), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BURSTYN, Varda. (1983), 'Masculine Dominance and the State', *The Socialist Register*. London: The Merl in Press.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2015), "A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, pp. 121-151.

HIRATA, Helena; KERGOAT (2007). "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". *Cadernos de Pesquisa*. vol.37, n.132, pp.595-609.

KAUPPI, Niilo. (1999), "Power or Subjection?: French Women Politicians in the European Parliament". *European Journal of Women's Studies*, 6(3), pp. 329–340.

FIGUEIREDO, Argelina M. C.; LIMONGI Fernando. (1999), *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora FGV; FAPESP.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. (2012), "Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 8, p. 129-163.

MANSBRIDGE, Jane. (1999), "Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes"". *The Journal of Politics*, 61.3, pp. 628-657.

MARQUES, Danusa; TEIXEIRA, Bruno L. (2018), "Estranhas no ninho: uma análise da atuação parlamentar de homens e mulheres na Câmara Dos Deputados". *Teoria & Sociedade (UFMG)*, v. 26, p. 93-125.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003) "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro". *Rev. Sociol. Polit.*, n. 20, p. 115 – 134.

_____. (2016), "Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro". *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, núm. 15, pp. 590-621.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2010), "Práticas de Gênero e Carreiras Políticas: Vertentes Explicativas". *Revista Estudos Feministas*, vol. 18, no 3, pp. 653-679.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. (2009), "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados". *Dados*, v. 52, n. 1, p. 201-221.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. (2015), “Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados”. *Dados*, vol. 58, nº 3, pp. 721-747.

PERISSINOTTO, Renato M.; MIRÍADE, Angel. (2009), “Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006”. *Dados*, v. 52, n. 2, p. 301-333.

PINTO, Céli Regina; SILVEIRA, Augusta. (2018), “Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)”. *Opinião Pública*, vol.24, nº 1, pp.178-208.

PITKIN, Hanna. (1967), *The concept of representation*. Los Angeles: University of California Press.

PHILLIPS, Anne. (2001); “De uma política de ideias a uma política de presença?”. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1.

REZENDE, Daniela. (2015), “Gênero e poder Legislativo na América Latina: comissões legislativas na Argentina, no Brasil, no Peru e no Uruguai”. Trabalho apresentado no *VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)*, Lima, 22 al 24 de julho de 2015.

_____. (2017), “Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados”. *Revista Estudos Feministas*, 25(3): 530.

SACCHET, Teresa. (2020), “A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais”. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 71-108.

WALBY, Sylvia. (1990), *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.

Gender and racial hierarchies in the Brazilian parliamentary elite.

The case of the 55th legislature of the Chamber of Deputies

Abstract

This article examines the expressions of the sexual division of political labor during the first legislative year of the 55th legislature in the Brazilian chamber of deputies. It aims to analyze how the sexual division influences the political actions of male and female deputies in terms of positions of political coordination, the themes they engage with, and their career trajectories in politics. The group of parliamentarians whose projects are prioritized and who actively participate in legislative work is fundamentally political, reflecting party disputes, survival strategies, and hierarchies in the organization of work. Discussing the outcomes of these disputes provides a better understanding of power relations both inside and outside the parliament, as well as the impact of gender roles in the process. the goal is not to explain the causes of gender inequality in politics, but to analyze its manifestation in parliamentary work and, consequently, in the hierarchies of the Brazilian political field.)

Keywords: Political Careers; Inequalities; Gender; Sexual Division of Labor.

Luiza AIKAWA

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFMG, Mestra e Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Pesquisadora vinculada ao Nepem – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e ao Pex Network – Executives, Presidents and Cabinet Politics. Interesses de pesquisa incluem instituições, representação, democracia e desigualdades.

Email: luiza.asr@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8625-5287>

Recebido em: 01/04/2025
Aprovado em: 23/06/2025